

A DOCTRINA DA LIBERDADE DE DESCARTES: DIFERENÇAS ENTRE OS TEXTOS FRANCÊS E LATINO DA QUARTA MEDITAÇÃO*

Michelle Beyssade

Université de Paris I - Sorbonne

É um fato bem conhecido que o texto francês das *Méditations Métaphysiques*, publicado em 1647, não é uma tradução exata e estrita do texto latino das *Meditationes de Prima Philosophia*, publicado em 1641 (em Paris) e em 1642 (em Amsterdã). Uma das razões para isso é que quando Descartes revisou a excelente tradução francesa do Duque de Luynes do original latino, ele introduziu, como informa o editor, “algumas mínimas mudanças” ou modificações, para “corrigir mais a si mesmo do que o seu tradutor” e “para tornar o seu próprio pensamento mais claro” (AT IX 2-3).¹

No caso da maioria das diferenças que observamos entre o texto original latino e a versão francesa, é impossível dizer se elas devem ser atribuídas ao próprio Descartes ou ao seu tradutor – e em nenhum dos casos pode haver qualquer certeza absoluta. Mas há pelo menos uma passagem nas *Meditações* na qual algumas das discrepâncias entre os dois textos são muito provavelmente o resultado de mudanças ou modificações devidas ao próprio Descartes. Algumas

* Este artigo foi publicado originalmente em *Reason, Will, and Sensation: Studies in Descartes' Metaphysics*; ed. by John Cottingham, Clarendon Press, Oxford, 1994, p.191-206. A publicação da tradução em português foi autorizada pela autora.

1 “pour se corriger plutôt qu’eux [les traducteurs] et pour éclaircir ... ses propres pensées ...” (extraído do curto prefácio, “O Editor ao Leitor”, publicado no início da primeira edição francesa das *Meditações* (1647).

dessas discrepâncias são mínimas, outras nem tanto, mas de qualquer forma sua importância vem a ser substancial. A passagem em questão se encontra na *Quarta Meditação* (ATVII 57-8, IX 46) onde Descartes explica em que consiste o livre-arbítrio, e onde ele apresenta duas definições sucessivas, a segunda sendo introduzida pelo *vel potius/ ou plutôt* (“ou antes”). Na citação dada no Quadro I0.I, observo cinco discrepâncias entre os textos francês e latino. Argumentarei que essas mudanças originam de uma mudança no pensamento de Descartes (e também aparecerá que o *ou plutôt* no texto francês talvez não tenha, afinal, exatamente o mesmo significado que o *vel potius* no texto latino).

Quadro I *Quarta Meditação* (AT VII 57-8, IX 46)

Texto Latino (1641- 2)

Voluntas sive arbitrii libertas ... tantum in eo consistit quod idem, vel facere vel non facere (hoc est affirmare vel negare, prosequi vel fugere) possimus, vel potius in eo tantum quod ad id quod nobis ab intellectu proponitur affirmandum vel negandum, sive prosequendum vel fugiendum, [1] *ita feramur, ut a nulla vi externa nos ad id determinari sentiamus*. Neque enim opus est [2] *me in utramque partem ferri posse*, ut sim liber, [3] *sed contra*, quo magis in unam propendo, sive quia rationem veri et boni in ea evidenter intelligo, sive quia Deus intima cogitationis meae ita disponit, tanto liberius illam eligo; nec sane divina gratia, nec naturalis cognitio unquam imminuunt libertatem, sed potius augent & corroborant. [4] *Indifferentia autem illa*, quam exerior, cum nulla me ratio in unam partem magis quam in alteram impellit, est infimus gradus libertatis, et [5] *nullam in ea perfectionem, sed tantummodo in cognitione defectum, sive negationem quandam, testatur*; nam si

Texto Francês (1647)

La volonté ... consiste seulement, en ce que nous pouvons faire une chose, ou ne la faire pas (c'est à dire affirmer ou nier, poursuivre ou fuir), ou plutôt seulement en ce que, pour affirmer ou nier, poursuivre ou fuir les choses que l'entendement nous propose, [1] *nous agissons en telle sorte que nous ne sentons point qu'aucune force extérieure nous y contraigne*. Car, afin que je sois libre, il n'est pas nécessaire [2] *que je sois indifférent à choisir l'un ou l'autre des deux contraires*; [3] *mais plutôt*, d'autant plus que je penche vers l'un, soit que je connaisse évidemment que le bien et le vrai s'y rencontrent, soit que Dieu dispose ainsi l'intérieur de ma pensée, d'autant plus librement j'en fais choix et je l'embrasse. Et certes la grâce divine et la connaissance naturelle, bien loin de diminuer ma liberté, l'augmentent plutôt et la fortifient. [4] *De façon que cette indifférence* que je sens, lorsque je ne suis point emporté vers un côté plutôt que vers un autre par le poids d'aucune raison, est le plus bas degré de la liberté, et [5] *fait plutôt paraître un*

semper quid verum & bonum sit clare viderem, nunquam de eo quod esset judicandum vel eligendum deliberarem; atque ita, quamvis plane liber, nunquam tamen indifferens esse possem.

défaut dans la connaissance, qu'une perfection dans la volonté; car si je connaissais toujours clairement ce qui est vrai et ce qui est bon, je ne serais jamais en peine de délibérer quel jugement et quel choix je devrais faire; et ainsi je serais entièrement libre, sans jamais être indifférent.

[1] nos movemos (ir) de tal maneira que não nos sentimos determinados por nenhuma força externa.

[2] Posso me mover (ir) para ambos os lados

[3] mas ao contrário

[4] Quanto a essa indiferença que sinto

[5] não revela nenhuma perfeição nela

[1] agimos de tal maneira que não sentimos absolutamente que alguma força exterior nos obrigue a tanto.

[2] Sou indiferente na escolha de um ou outro de dois contrários

[3] mas antes

[4] De maneira que esta indiferença

[5] revela mais ... do que uma perfeição na vontade

I - A PRINCIPAL DISCREPÂNCIA: O SENTIDO DA "INDIFERENÇA"

A discrepância mais notável é a segunda no texto: a palavra *indifférent* aparece no texto francês em um lugar onde, no texto latino, a palavra *indifferens* não aparece (ver Quadro I0.I, item 2). O texto francês afirma que "para ser livre não é necessário que eu seja *indiferente* na escolha de um ou outro de dois contrários". O texto latino, ao contrário, diz que "para que eu seja livre, não é necessário que eu possa me mover para ambos os lados". Em outras palavras, o texto latino trata do *poder de escolher* entre duas alternativas contrárias (denominemo-lo de poder dos contrários), enquanto que o texto francês trata da *indiferença em relação à escolha* entre dois lados opostos. O que é significado pela indiferença? Não há nenhuma definição da palavra quando ela aparece nessa sentença. Mas ela não pode ter nenhum outro significado além do que é explicado poucas linhas depois, quando a palavra *indifférence* traduz a palavra latina *indifferentia*.

Cito: “essa indiferença que sinto, quando não sou impelido para um lado mais do que para outro pelo peso de alguma razão...” Indiferença significa o *estado* de hesitação ou de oscilação causado pela ignorância ou conhecimento insuficiente. A carta a Mesland em 9 de fevereiro de 1645 confirma que esse é, de acordo com Descartes, o significado próprio da palavra *indifférence* e que Descartes não lhe conferiu nenhum outro significado quando escreveu as *Meditações*: “Indiferença me parece significar especificamente o *estado* no qual se encontra a vontade quando ela não é impelida mais para um lado do que para outro em razão da percepção do verdadeiro ou do bem. Foi neste sentido que eu a considerei quando escrevi que o menor grau da liberdade é aquele onde nós nos determinamos às coisas em relação as quais somos indiferentes”. (AT IV 173).

O estado ou condição referidos aqui (*je sois indifférent* (“Eu sou indiferente”)) é bem distinto do *poder* (*ferris posse*. “Eu posso me mover ou ir, sou capaz de me mover ou de ir”), o *poder* ou a *habilidade* de ir para ambos os lados. O que é significado pelo *ferris posse*? A tradução da frase *in utramque partem ferris posse*, como notou Antony Kenny, está longe de ser fácil.² Na minha visão *ferris* não é usada aqui no sentido passivo, mas é empregada numa maneira correspondente à voz média no grego: “média” porque, apesar de sua forma gramaticalmente passiva, ela tem um sentido ativo que corresponde à forma reflexiva no francês. Assim, a versão francesa correta seria *se porter*, como distinto de *être porté*, isto é, “levar-se”, como distinto de “ser levado”, isto é, “mover”, não “ser movido”. Assim, não concordo com a visão de A. Kenny segundo a qual *ferris* deveria ser traduzida passivamente como “ser impelido para ambos os lados”; na minha visão, “não é necessário que eu possa me mover para ambos os lados” seria uma melhor tradução da frase latina nesse contexto.

Desta maneira, o que Descartes considera, no texto latino, como não necessário à liberdade humana, isto é, como não constitutivo da essência da liberdade, é o poder de escolher entre dois contrários. *In utramque partem ferris posse* reformula e repete em diferentes palavras *idem vel facere vel non facere posse* – uma frase da sentença anterior. Essa frase diz respeito ao poder de fazer ou não fazer alguma coisa, o poder ou a habilidade de escolher uma ou outra de duas alternativas. A liberdade então, em 1641, não pressupõe um poder dos contrários, mas consiste somente em não ser constrangido: ela é o movimento espontâneo em direção a alguma coisa.

2 A. Kenny, “Descartes on the Will”, in R.J. Butler (ed.), *Cartesian Studies* (Oxford: Blackwell, 1972), p. 18.

No texto francês, ao contrário, o que Descartes considera como não necessário à liberdade humana, isto é, como não constitutivo de sua essência, o que ele dissocia da liberdade, é o estado de indiferença ou hesitação ou equilíbrio causado pela ignorância. Ao fazer essa mudança, o texto francês, publicado em 1647, deixa em aberto para o leitor pensar se o poder dos contrários é necessário à liberdade – algo que o original latino tinha explicitamente negado.

Os dois textos expressam diferentes afirmações. *Être indifférent à choisir* não é uma tradução de *ferris posse*. Temos aqui uma discrepância importante. Essa discrepância, evidentemente, é iluminada em seu significado pleno quando colocamos os dois textos sucessivos no contexto de outros escritos de Descartes; mas ela é bastante manifesta por si mesma, pois nossa atenção é atraída sobre ela por uma aparente esquisitice da versão francesa e também por uma certa reticência dessa versão.

Em primeiro lugar, a palavra *indifférent* não é definida em sua primeira ocorrência. Isso não é esquisito? Na realidade, na sentença latina correspondente, a palavra *indifferens* não aparece. Mas no texto original em latim, a palavra *indifferentia* é definida na primeira vez em que ela aparece. Assim, o que poderia possivelmente parecer uma esquisitice da versão francesa é uma indicação de que Descartes reformulou seu texto para expressar uma visão diferente. Ao alterar o texto, Descartes antecipa uma noção, a saber, a indiferença, que é explicada um pouco mais adiante, mas que, no original latino, não aparece tão cedo.

Isso basta acerca da aparente esquisitice. Vejamos agora a reticência. Como vimos, a versão francesa omite a referência ao poder dos contrários e a substitui pelo estado de indiferença. Mas sobre a questão de saber se o poder dos contrários é necessário à liberdade ela permanece em silêncio, e deixa em aberto uma questão que o texto latino resolveu na negativa. O poder de escolha entre duas alternativas é ainda requerido como uma parte necessária do mais alto grau da liberdade – um assentimento espontâneo, porque perfeitamente iluminado, à verdade ou ao bem claramente conhecidos? De acordo com o texto latino, a resposta é não; esse poder não é necessário para sermos livres. O texto francês não apresenta uma resposta nem negativa nem afirmativa. Ele altera a frase que implicava essa negação. Ele não chega ao ponto de dizer sim, mas torna possível dizer sim.

Ora, sabemos que Descartes, em uma carta escrita a Mesland de 9 de fevereiro de 1645, na qual ele explica e estabelece seu pensamento sobre a liberdade após sua discussão com os

jesuítas, afirma explicitamente que o poder dos contrários se mantém mesmo na total luz da evidência. Cito a tradução de Kenny: “Quando uma razão muito evidente nos move em uma direção, embora, moralmente falando, nós dificilmente possamos nos mover na direção contrária, no entanto, falando de um ponto de vista absoluto, nós o podemos” (AT IV 174).³

Assim, essa carta lança alguma luz sobre as diferenças que notamos entre os dois textos das *Meditações* e fornece seu significado pleno – houve *uma evolução na visão de Descartes sobre a liberdade*; ou talvez devêssemos simplesmente dizer que *seu pensamento tornou-se mais explícito*. Descartes, que havia originalmente distinguido a liberdade do poder dos contrários, foi levado, ao longo de sua discussão com os jesuítas, a reconhecer e tornar mais explícita a importância e a contínua presença desse poder na liberdade. Quando ele veio a revisar a tradução francesa das *Meditações*, alguns anos depois de escrever o texto latino, Descartes provavelmente já tinha mudado o seu pensamento. Assim, acredito que Descartes usou a oportunidade da revisão para retirar do novo texto a distinção que o texto latino original estabelecia entre a liberdade e o poder dos contrários; na nova versão revisada ele dissociou a liberdade somente do estado de indiferença. Em suma, a principal discrepância entre as duas versões é altamente significativa e marca uma mudança definitiva no pensamento de Descartes.

II – DUAS OBJEÇÕES CONSIDERADAS

Há outras discrepâncias a serem observadas em nossa passagem, mas antes de apresentá-las para reforçar a minha afirmação de que Descartes retocou e reformulou o seu texto, preciso examinar duas objeções que podem ser colocadas, em primeiro lugar, contra a minha visão do texto latino e, em segundo lugar, contra a minha visão do texto francês.

(a) Primeiramente, no que concerne ao texto latino, pode-se perguntar se é suficientemente claro que Descartes dissocia o *poder de escolha* da definição de liberdade. Ao longo de toda a passagem, mesmo depois do *vel potius* que corrige a primeira definição, ele mantém o

³ Observe que “nós podemos nos mover” traduz *possimus ferri*. Quanto à cláusula restritiva que se segue, introduzida com *modo* (“à condição que”), eu penso que ela não nega o que acaba de ser dito, mas especifica as condições e os meios para o exercício deste poder.

verbo *eligere*, traduzido por “escolher” (*sed tanto liberius eligo ... judicandum vel eligendum*); isso está de acordo com a definição do livre-arbítrio como *facultas eligendi*. Não devemos, portanto, dizer que a liberdade mais plena, na plena luz da evidência, é ainda para Descartes uma escolha – uma escolha sem hesitação, sem oscilação, mas, no entanto, uma escolha?

Porém, é correto usar o termo *escolha*? O que significa *escolha*? Se não é necessário para ser livre, como diz o texto latino sem ambigüidade, que eu seja capaz de ir para ambos os lados, então o verbo *eligere* que aparece nas linhas seguintes não pode significar “escolher entre dois lados opostos”. A mais alta liberdade consiste em ir espontaneamente para um lado sem ser capaz de escolher o lado oposto. Talvez, então, tenhamos que de fazer uma distinção no texto francês entre *choisir* (“escolher”) e *élire* (“eleger” ou “abraçar”), e é melhor traduzir *eligere* por *élire* como fez o Duque de Luynes quando traduziu *facultas eligendi* por *puissance d’élire*. *Eligere* significa um assentimento ou uma aquiescência não constrangido, que *não envolve necessariamente o poder de escolher entre duas alternativas*. Assim, *eligere* não envolve escolha, ou, se usarmos a palavra “escolha”, se continuarmos, como é usual, traduzindo *eligere* por *choisir* em francês e por *to choose* em inglês, temos de nos lembrar que *escolha* não é necessariamente escolha entre duas alternativas; devemos dizer explicitamente “escolha entre dois contrários ou alternativas”, e não meramente *escolha*. Isso é o que eu fiz nesse artigo.

Para concluir essa primeira dificuldade: depois de dizer no original latino que o poder dos contrários não é necessário para a liberdade, Descartes sustenta que o livre-arbítrio é *facultas eligendi*. Donde, *eligere*, *élire*, não é necessariamente *choisir* “escolher” ou pelo menos não significa necessariamente a escolha entre dois lados contrários. Liberdade ou livre-arbítrio, *facultas eligendi*, não é necessariamente um poder de escolher entre duas alternativas.

Visto que na versão em francês Descartes não dissociou a liberdade do poder de escolher entre contrários, como fez o texto latino, não há problema em falarmos de *choisir* ou *faire choix* de onde o texto latino diz *eligere* (*tanto liberius ... eligo/ d’autant plus librement j’en fais choix*). A idéia de escolha, no contexto da versão francesa que silencia sobre a questão do *poder dos contrários*, não está isenta de toda dificuldade. Contudo, *faire choix* de talvez não seja uma tradução exata para *eligere* e talvez a tradução acrescente *et je l’embrasse* (“e eu a abraço”) para conduzir o leitor em direção à idéia de algo diferente da idéia de escolha entre dois contrários, a saber, a noção de “eleger” ou “abraçar” (no francês, *élection*).

b) A segunda dificuldade diz respeito ao texto francês. Outra ocorrência do verbo *choisir* na versão francesa pode ser vista como uma objeção contra a minha visão. Na sentença em que eu mencionei uma discrepância entre os dois textos, o texto francês diz: *il n'est pas nécessaire que je sois indifférent à choisir l'un ou l'autre des deux contraires* (“Não é necessário que eu seja indiferente na escolha de um ou outro de dois contrários”). Assim, alguém poderia negar a discrepância que notei entre os dois textos, e objetar que a mesma idéia de escolha (entre dois contrários) aparece em ambos os textos.

A resposta a essa objeção é, em primeiro lugar, que o estado de indiferença é de fato uma indiferença para escolher. Esse estado torna a escolha difícil e às vezes para sempre não realizada, mas ele não abole o poder de escolha (esta é a razão pela qual Descartes, no final dessa passagem, reconhece um grau de liberdade nesse estado – embora um baixo grau). Em segundo lugar, o que Descartes sublinha explicitamente sobre o estado em questão, para dissociá-lo da liberdade, é precisamente a *indifférence* na escolha, e não o poder de escolha que está presente neste estado. A idéia de escolha está de fato presente nas palavras “que eu seja indiferente na escolha”, mas somente na medida em que a dificuldade e mesmo a impossibilidade de escolher é visada. O que é dissociado aqui da essência da liberdade é realmente o estado de indiferença, o estado de indiferença quanto à escolha, mas *não* o poder de escolher, ao contrário do texto latino.

Com essas duas objeções afastadas – a primeira concernente ao texto latino, a segunda ao texto francês – podemos prosseguir no exame das outras discrepâncias observadas entre os dois textos. O que vimos até aqui é que o texto francês não é uma tradução do texto latino: ele formula uma visão diferente. Examinemos agora as outras discrepâncias.

III - AS QUATRO DISCREPÂNCIAS RESTANTES

Discrepância número 3

Imediatamente após as palavras discutidas acima, encontramos no texto latino *sed contra* (“mas ao contrário”) e no francês *mais plutôt* (“mas antes”). A diferença talvez não seja muito importante nela mesma, mas está conectada com a diferença entre os dois contextos e, nesse sentido, é significativa.

Digo “talvez não seja muito importante nela mesma” porque – não podemos deixar de reconhecer isso – o texto francês poderia ter incluído *mais au contraire* (“mas ao contrário”) sem perder a sua coerência, e o texto latino, sem perder a sua coerência, poderia ter colocado após o *vel potius* (“ou antes”), que encontramos na sentença anterior, o *sed potius* (“mas antes”), como de fato faz quatro linhas mais adiante.

Contudo, *sed contra* expressa mais precisamente o que o texto original pretende dizer: a negação de se manter o poder dos contrários como essencial à liberdade. No texto latino, quando Descartes elucida (na sentença que começa com a expressão *neque enim*) a razão pela qual ele prefere a segunda definição apresentada na sentença anterior, isto é, a definição introduzida pelo *vel potius*, ele retira, ou desvaloriza, a primeira definição, o poder dos contrários (*idem vel facere vel non facere posse*, repetido como *in utramque partem ferri posse*). Então o *vel potius* da sentença anterior é reformulado como *sed contra*, que enfatiza essa retirada e mostra que o *vel potius* não introduziu uma elucidação, mas uma correção. *Sed contra* restringe o significado do *vel potius* e introduz um efeito corretivo.

O texto francês expressa uma visão diferente. Visto que esse texto dissocia a liberdade somente do estado de indiferença (“ser indiferente quando à escolha de um ou outro de dois contrários” não repete “ser capaz de fazer uma coisa ou deixar de fazê-la”, mas significa algo diferente), Descartes, aqui, não tem nenhuma razão para enfatizar essa dissociação. *Mais plutôt* (“mas antes”) é suficiente.

Como disse, essa modificação é, em certo sentido, insignificante, já que é possível inverter as expressões, mas, em outro sentido, ela é significativa: cada texto, o latino e o francês, é mais satisfatório tal como é apresentado. E essa modificação é obviamente consistente com a primeira que notamos.

Discrepância número 4

O texto latino diz: *Indifferentia autem illa quam experior* (“quanto a essa indiferença que eu experimento”); o texto francês diz *De façon que cette indifférence que je sens* (“De modo que esta indiferença que eu sinto”).

Na frase latina *Indifferentia autem illa, autem,* ressalta o fato de que a noção introduzida aqui é outra noção, uma nova na análise. Descartes considerou primeiramente o poder dos contrários. Agora ele considera o estado de indiferença. Essas duas noções são distintas. Nem o poder nem o estado são o mesmo que a liberdade, mas eles têm que ser distinguidos um do outro. A partícula *autem* aqui justapõe e distingue os itens que ela governa. Além disso, Descartes diz: *Indifferentia autem illa. Illa* põe ênfase na diferença, na distância do que veio antes (por essa razão, na minha visão, *illa* deveria ser traduzida por “essa” e não por “esta”).

De façon que cette indifférence, no texto francês, coloca no lugar da justaposição uma cláusula consecutiva que liga estreitamente o que segue ao que precede. A noção de indiferença, no texto francês, não é uma nova noção. Já nos tinha sido dito que a indiferença não é requerida para a liberdade. Essa afirmação é então explicada e ilustrada com alguns exemplos. Mais tarde chegamos à conclusão que (*de façon que* (“de modo que”)) esta indiferença, esta mesma indiferença que mencionamos duas sentenças antes, é o mais baixo grau da liberdade. “De modo que” (*de façon que*) no texto francês implica uma continuidade que não encontramos no texto latino.

Vemos que essa discrepância é consistente com as duas anteriores. Ela confirma nossa posição de que o texto foi intencionalmente retocado pelo autor. A discrepância não poderia ser atribuída meramente à falta de cuidado na tradução. Ninguém traduziria *autem* por *de façon que* por falta de atenção. Essa é uma modificação intencional que harmoniza o final da passagem com uma primeira mudança essencial.

Discrepância número 5

Há no texto francês um *plutôt* que não corresponde a nada no texto latino, nem a *potius*, nem a *contra: fait plutôt paraître un défaut dans la connaissance qu’une perfection dans la volonté* (“revela antes um defeito no conhecimento do que uma perfeição na vontade”). No latim temos: *nullam in ea perfectionem, sed tantummodo in cognitione defectum, sive negationem quamdam, testatur* (“não revela nenhuma perfeição na vontade, mas somente um defeito ou alguma negação no conhecimento”).

Ambas as sentenças lidam com o estado de indiferença, mas o texto latino original nega que esse estado apresente qualquer perfeição da liberdade ou livre-arbítrio (*nullam in ea per-*

fectionem). O texto francês, ao contrário, não nega isso. Ele não exclui que alguma perfeição do livre-arbítrio seja manifestada nesse estado, mas ele minimiza essa idéia e enfatiza a falta de conhecimento que esse estado contém e exhibe (“revela um defeito no conhecimento antes que uma perfeição na vontade”).⁴

Bem, o que é essa perfeição da vontade que o texto francês, contrariamente ao texto latino, não nega que se encontra no estado de indiferença? Não pode ser senão o poder dos contrários, que pode ser exercido no estado de indiferença. Mas os dois textos não consideram sua relação com a liberdade da mesma maneira.

O texto latino apresenta esse poder como não essencial à liberdade: não é de modo algum uma perfeição na vontade. Já que a perfeição da liberdade está meramente no assentimento espontâneo à verdade ou ao bem claramente conhecidos, a ignorância e a falta de inclinação para um lado ou para outro, característica do estado de indiferença, são incompatíveis com a perfeição da liberdade. Porém, mais tarde, a versão francesa deixa de considerar o poder dos contrários como não essencial; esse poder, longe de ser dissociado da liberdade, é afirmado como a realidade da liberdade, como uma perfeição, e como existindo mesmo no estado de indiferença. Esse último estado, com certeza, revela antes uma ausência de conhecimento, mas no interior desta ausência de conhecimento ele permite que a realidade ou perfeição do livre-arbítrio permaneça, isto é, o poder de escolha entre duas alternativas. Mesmo se sou indiferente, mesmo na situação do asno de Buridan, eu posso escolher entre um lado ou outro; posso decidir, me determinar, e isso é uma perfeição.

Vimos que essa diferença entre os dois textos é importante nela mesma. Ela remete a uma mudança de pensamento. E é perfeitamente consistente com a principal diferença discutida aqui no início do texto: o poder dos contrários não é mais excluído da definição de liberdade; não é mais alheio à perfeição do livre-arbítrio.

Como a primeira discrepância discutida, essa deve ser diretamente conectada ao que Descartes escreveu a Mesland, na carta citada anteriormente. Nessa carta, a faculdade de determinar-se para um ou para outro de dois contrários é nomeada um poder positivo. Ela é consi-

4 Podemos notar em ambos os textos a relação entre *perfectio/ perfection/* perfeição e *defectus/ défaut/* defeito: *defectus* é ausência, a perda, a negação, *perfectio* é presença, a realidade ou atualidade.

derada como um dos critérios ou testes pelos quais a liberdade é medida. Descartes deixa claro que esse poder pode ser encontrado em todas as ações da vontade e que ele é um e o mesmo, sempre igualmente positivo, independentemente de haver carência de conhecimento ou do entendimento ser totalmente iluminado.

Assim, parece que Descartes se torna cada vez mais consciente da presença e do lugar essencial na liberdade desse poder de escolha entre duas alternativas (um poder que outros, embora não o próprio Descartes, às vezes também chamam de indiferença, mas *em um sentido que é distinto do sentido primeiro e próprio*: um poder positivo de indiferença, distinto do estado negativo de indiferença; alguns comentadores chamam esse poder de “indiferença positiva” e de “indiferença negativa” o estado⁵). A versão francesa das *Meditações* testemunha essa evolução. Na primeira discrepância que notamos, Descartes deixa de excluir o poder dos contrários de sua definição de liberdade. No caso da presente discrepância, ele deixa de negar que esse poder dos contrários constitui uma genuína perfeição da vontade.

Discrepância número I

As observações que farei aqui são mais experimentais do que as anteriores. Elas me ocorreram quando li as *Meditações* depois de ter lido a carta inteira a Mesland, e talvez elas sejam somente uma projeção retrospectiva de um texto sobre o outro.

A diferença se encontra na primeira sentença de nossa passagem. Lemos na versão latina: *vel potius in eo tantum quod... ita feramur ut a nulla vi externa nos ad id determinari sentiamus* (“ou antes simplesmente em que nos movemos em direção a ... de tal maneira que não sentimos que *somos determinados* a fazer isso por nenhuma força externa). Na versão francesa lemos: *ou plutôt seulement en ce que ... nous agissons en telle sorte que nous ne sentons point qu'aucune force extérieure nous y contraigne* (“ou antes simplesmente em que ... agimos de tal maneira que não sentimos que nenhuma força externa nos constrange a fazer isso).

5 Para o termo “indiferença negativa”, ver F. Alquié, *La Découverte métaphysique de l'homme chez Descartes*, p.288.

Não perderei muito tempo com a diferença entre *nos determinari* e *nous contraigne*. A noção de “constrangimento” implica automaticamente determinação por força externa. Contudo, notamos que o texto latino usa a palavra mais neutra *determinari*, aplicável à determinação por força interna e externa, e isso sugere, ou ao menos autoriza, a possibilidade de uma determinação interna que poderia pertencer à liberdade e talvez constituir a sua essência.

O que me espanta aqui é a diferença entre *feramur* e *nous agissons*. Talvez *nous agissons* tenha sido empregado somente e simplesmente para traduzir a “voz média” – o sentido de *feramur* que significa *nous nous portons* (“nos movemos”) e não *nous sommes portés* (“somos movidos”).⁶ Mas, se prestarmos atenção à exata significação do verbo *agir* (“agir”), podemos nos perguntar o que exatamente ele significa, quando ele é distinguido de *pouvoir faire* (“ser capaz de fazer ou de não fazer”), que ocorre na primeira definição do livre-arbítrio, uma definição que Descartes pretende alterar depois do *ou plutôt* (“ou antes”). Não é a *ação* o que vem depois da *escolha*? Não podemos distinguir entre a liberdade antes da ação e a liberdade durante a ação?

Se é possível dizer que a liberdade antes da ação consiste na nossa capacidade de escolher entre dois contrários (fazer ou não fazer), a situação não é a mesma durante a ação. Uma vez que a ação é realizada, não é mais possível escolher. “Fazer ou não fazer” não é mais a questão. Uma ação livre, neste estágio subsequente, é somente uma ação não constrangida. Não temos mais que ser capazes de fazer o contrário daquilo que fazemos, temos apenas que fazer espontaneamente o que estamos fazendo, voluntariamente movermos a nós próprios e não sermos movidos.

Deste ponto de vista, *ou plutôt* (“ou antes”), na sentença em francês, poderia significar que Descartes está passando de um momento da liberdade para outro, para atingir uma visão completa de liberdade, uma visão que não se restringe ao que antecede a ação. O que Descartes poderia ter pretendido com a frase introduzida pelo *ou plutôt* era não corrigir a primeira definição (vontade como um poder dos contrários) com o intuito de conduzir o leitor em direção à idéia de uma determinação interna, mas evitar uma idéia incompleta de liberdade. O poder dos contrários não é abandonado, mas somente colocado em seu lugar apropriado, ou antes, limitado ao seu tempo apropriado. De fato, a próxima sentença da versão francesa

6 Para essa distinção, ver acima. Seção I.

não exclui esse poder da definição de liberdade, como fez o texto latino, ela exclui somente o estado de indiferença.

Sabemos que essa distinção de dois momentos na análise da liberdade é desenvolvida na carta a Mesland de 9 de fevereiro de 1645, depois que Descartes reconheceu, mesmo quando não há indiferença, a persistência do poder dos contrários compreendido como uma faculdade positiva de se determinar por um e outro entre dois contrários. Descartes explica na carta que, se considerarmos as ações da vontade antes de sua realização, a liberdade acarreta o poder positivo de escolha entre dois contrários e não o estado de indiferença negativa; mas que, considerada nas ações da vontade durante a sua realização, a liberdade não acarreta a indiferença, nem no sentido próprio (o estado negativo), nem no segundo sentido que às vezes é usado (o poder positivo).

Nessa carta, que apresenta uma explicação bastante precisa da sua doutrina da liberdade, Descartes está de certa maneira reafirmando a sua posição original de 1641, que dissociava a liberdade do poder dos contrários; ele está, além disso, reafirmando que ele não se contradiz quando reconhece, como ocorre no primeiro parágrafo da carta, que o poder dos contrários existe mesmo no caso de uma clara percepção da verdade, uma vez que ele sustenta que o poder dos contrários não está presente durante todo o tempo, durante o inteiro curso da ação livre. Nessa carta Descartes esforça-se para expor a sua doutrina indo o máximo possível na direção do reconhecimento da presença no livre-arbítrio do poder dos contrários, sem contradizer o texto original latino das *Meditações* que o dissociava da liberdade.

Mas essa distinção de momentos, que dá uma coerência aos diferentes estágios do desenvolvimento do seu pensamento, *talvez* seja também o que ele sugere na versão francesa das *Meditações*, sem insistir sobre isso, de modo que esse *ou plutôt* (“ou antes”) não aparece como um *mais au contraire* (“mas ao contrário”), mas introduz uma restrição sobre o poder dos contrários, colocando-o em seu lugar, ou antes, em seu tempo. Parece-me provável que essa modificação seja intencional, embora eu não tenha tanta certeza sobre isso como tenho no caso das outras mudanças que discuti. Em todo caso, se essa mudança for intencional ela está conectada, como as outras quatro mudanças, com a principal intenção de Descartes que é a de desdizer a sua negação anterior de que o poder dos contrários é necessário para a liberdade.

Assim, vimos que todas essas discrepâncias, mais ou menos manifestas, mais ou menos importantes nelas mesmas, referem-se a uma mudança sistemática no pensamento de Descartes. Todas são coerentes e, a partir de sua coerência, adquirem força e significado adicionais.

IV - UMA OBJEÇÃO FINAL E COMENTÁRIOS DE CONCLUSÃO

Uma possível objeção, baseada no que vem depois da nossa passagem, tem que ser examinada antes de concluirmos. Na página seguinte da *Quarta Meditação*, na versão francesa (AT IX 47), Descartes afirma que, diante da evidência do Cogito, não posso deixar de julgar que isso é verdadeiro: *je ne pouvais pas m'empêcher de juger ... que cela était vrai* – uma frase que traduz exatamente o latim *non potui non judicare* (AT VII 58, I. 29). *Eu não posso deixar de julgar*: Descartes, aqui, nega o poder dos contrários tanto no texto francês quanto no latino.

Para respondermos a essa objeção, observemos que o exemplo do Cogito é apresentado, como o primeiro de uma série de três exemplos, no contexto da investigação do erro, e que essa investigação ocorre de acordo com o objetivo essencial da busca da verdade que caracteriza as *Meditações*. Agora, a partir deste ponto de vista, o poder de dizer não a algo evidente de fato desaparece. É quando “eu examinei se alguma coisa existia no mundo” que, confrontado pela evidência da minha própria existência, eu não podia deixar de julgar que isso era verdade. Essa incapacidade é o outro lado de minha vontade e busca da verdade, à qual tudo neste momento está subordinado. Essa incapacidade não é absoluta. A carta a Mesland citada acima suprime qualquer aparência de contradição com o que dissemos antes: moralmente falando, eu não posso dizer não, absolutamente falando, eu posso.

É importante notar de passagem que no mesmo parágrafo, logo depois, a versão francesa omite a palavra *sponte* que o texto latino associa como um sinônimo da palavra *libere* (AT VII 59 1 3). Liberdade não é mais identificada com espontaneidade – uma mudança que foi provavelmente deliberada e conectada com as que observamos em nossa passagem.

Para concluir direi algo sobre os objetivos desse artigo na medida em que eles se relacionam com o tratamento geral da doutrina cartesiana da liberdade. Parece-me que Descartes se torna cada vez mais consciente da importância do poder dos contrários na liberdade – isto é, do

seu papel essencial na liberdade, da perfeição que ele manifesta na liberdade, de sua contínua presença na liberdade. A divergência entre os dois textos das *Meditações* testemunha esta mudança de pensamento. Essa é a tese desse artigo. Não pretendo, contudo, negar que, de acordo com Descartes, a essência da liberdade não consiste no poder dos contrários, que o mais alto grau de liberdade consiste no assentimento espontâneo à verdade claramente conhecida, e que, no momento em que percebemos clara e distintamente a verdade, e enquanto prestamos atenção à verdade clara e distintamente conhecida, não podemos resistir a essa percepção. Observe em conexão com essa última proposição (que eu não estou negando) que nossa capacidade para desviar nossa atenção de alguma evidência consiste no poder dos contrários. Evidentemente, o fato de não podermos fixar nossa atenção constantemente na mesma coisa é uma fraqueza; mas o fato de podermos desviar nossa atenção de algo, e de algo evidente, é um poder. Compare a carta a Mesland de 2 de maio de 1644: “... podemos representar ao nosso espírito alguma outra razão que nos faça duvidar dela, e assim suspender o nosso juízo, e talvez mesmo formar sobre ela um juízo contrário”. (A.T., IV, 116). Mas isso é outra história.

Assim, podemos concluir que os dois textos, o latino e o francês, não expressam a mesma visão. O texto latino nega que o poder dos contrários seja uma parte da definição da liberdade e o exclui do mais alto grau da liberdade; ele não reconhece nenhuma perfeição nesse poder. O texto francês não exclui esse poder da definição da liberdade (embora não o inclua explicitamente nela) e sustenta que ele é uma perfeição.

Se falarmos de uma evolução na doutrina cartesiana da liberdade (das *Regras para a direção do espírito* às *Paixões da Alma*, através não apenas dos textos latino e francês das *Meditações*, mas também dos textos latino e francês dos *Princípios* – uma evolução que eu não posso analisar aqui), a versão francesa das *Meditações* pode ser considerada como um estágio desse desenvolvimento. Mas a carta a Mesland, que nos apresenta uma explicação muito detalhada do pensamento de Descartes sobre a liberdade, nos leva a considerar essa “evolução” como uma explicação (ou mesmo uma qualificação) cada vez mais acurada de uma doutrina que se torna cada vez mais precisa, mas que não se contradiz. O que permanece não explícito na versão francesa das *Meditações* nos leva a pensar que o texto francês é antes uma reformulação, ou uma reelaboração, feita *depois* da doutrina ter sido clarificada e explicitada, uma reformulação moderada para permitir que o leitor pense em algo diferente do texto original, sem expor isso explicitamente.

Pois não devemos esquecer que o texto francês é apresentado como uma tradução do texto latino, e que as modificações que o editor menciona não são apresentadas como excedendo a sua função de tradução; descritas como mínimas, essas mudanças não têm a intenção de chamar a atenção sobre elas – e talvez quanto mais substanciais elas forem, menos Descartes tenha pretendido chamar a atenção sobre elas. Elas são encobertas mais que enfatizadas, de modo que o texto francês pode ainda aparecer como uma mera tradução. Mesmo quando é extremamente provável que as mudanças que ele contém foram feitas por Descartes, como é o caso com a nossa passagem, o texto francês é ambíguo.

Tal é a ambigüidade da frase em francês *ou plutôt* na primeira sentença, que corresponde ao *vel potius* latino. Por um lado, é uma tradução exata de *vel potius*, mas, por outro lado, tem um outro significado que é revelado na linha seguinte: *vel potius*, no texto latino, introduz uma correção e suprime o que precede; *ou plutôt*, no texto francês, introduz uma explicação mais precisa que completa o que precede sem suprimi-lo. O caráter elusivo dessas sutis mudanças e diferenças não é acidental. A versão francesa de 1647 é ao mesmo tempo uma tradução e um novo texto.

RESUMO

É um fato bem conhecido que o texto francês das *Méditations Métaphysiques*, publicado em 1647, não é uma tradução exata do texto latino das *Meditationes de Prima Philosophia*, publicado em 1641, pois há entre os dois textos algumas discrepâncias e variações terminológicas. O artigo procura mostrar que há uma importante passagem da *Quarta Meditação* na qual as discrepâncias entre os dois textos são muito provavelmente o resultado de mudanças introduzidas pelo próprio Descartes, e que estas mudanças, por sua vez, resultariam de uma modificação de seu pensamento acerca da liberdade. A tese central do artigo é que, no intervalo entre as duas publicações, Descartes teria se tornado cada vez mais consciente da importância do poder dos contrários na liberdade e que a divergência entre os dois textos das *Meditações* testemunharia esta mudança de pensamento.

Palavras-chave: Descartes, graus de liberdade, espontaneidade, indiferença negativa, poder dos contrários, evidência atual.

ABSTRACT

It is a well-known fact that the French text of *Les Méditations Métaphysiques*, published in 1647, is not an exact translation of the Latin *Meditationes de Prima Philosophia*, published in 1641, since there are some discrepan-

cies and terminological variations between the two texts. This article tries to show that there is an important passage in the Fourth Meditation in which the discrepancies between the two texts are very likely the result of changes or modifications due to Descartes himself, and that these changes result from a modification in his thought concerning the concept of freedom. The central thesis of the article is that, between the two publications, Descartes became more and more aware of the importance of the two-way power in freedom, and that the divergence between the two texts of the Meditations bears witness to his change of mind.

Key-words: Descartes, degrees of freedom, spontaneity, negative indifference, two-way power, clearly known truth.

Tradução de Mariana de Almeida Campos e Marcos André Gleizer